



*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten initials]*

**MUNICÍPIO DE SANTA MARTA DE PENAGUIÃO**  
**CÂMARA MUNICIPAL**

ATA DA REUNIÃO REALIZADA NO DIA  
01 DE DEZEMBRO DE 2015

N.º 25/2015

PRESIDÊNCIA: Dr. Luís Reguengo Machado, Presidente da Câmara. -----

VEREADORES PRESENTES: Dr.<sup>a</sup> Silvia da Fonseca Silva, José Manuel Moreira Lopes, Prof.<sup>a</sup>  
Sandra Maria Morais Guedes Gonçalves e Prof.<sup>a</sup> Maria Arlete  
Canário Taveira da Costa Gouveia. -----

AUSÊNCIAS JUSTIFICADAS: Não Houve. -----

SECRETARIOU: António Augusto Amaral Sequeira, Chefe de Divisão. -----

HORA DE ABERTURA: 10:00. -----

OUTRAS PRESENÇAS: Não Houve. -----

ACTA DA REUNIÃO ANTERIOR: Aprovada em minuta no final da respetiva reunião. -----

## SUMÁRIO

### DIVISÃO ADMINISTRATIVA, FINANCEIRA E DE RECURSOS HUMANOS

Pág.

- 1 – Prestação de Serviços – Celebração de Contrato de Prestação de Serviços para Fornecimento de Almoço de Natal aos Idosos, no Âmbito das Festividades de Natal - Emissão de Parecer Prévio..... 3
- 2 – Delegação de Competências - Informação do Presidente da Câmara Municipal ..... 5

#### Serviços de Tesouraria

- 3 – Resumo dos Fluxos de Caixa de 13 a 26 de novembro de 2015..... 5

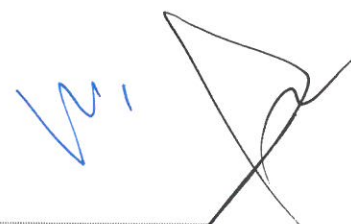
### DIVISÃO DE COORDENAÇÃO TÉCNICA DE PLANEAMENTO E GESTÃO URBANA

- 4 – Delegação de Competências - Informação do Vereador em Regime a Tempo Inteiro, José Manuel Moreira Lopes..... 6
- 5 – Pedido de Parecer Técnico para os Efeitos Previstos no artigo 54º da Lei n.º64/2003, de 23 de agosto – Requerente: João do Carmo Lopes – União de Freguesias de Lobrigos (São Miguel e São João) e Sanhoane ..... 6
- 6 – Pedido de Parecer Técnico para os Efeitos Previstos no artigo 54º da Lei n.º64/2003, de 23 de agosto – Requerente: Rogério Ferreira – União de Freguesias de Louredo e Fornelos..... 9
- 7 – Pedido de Parecer Técnico para os Efeitos Previstos no artigo 54º da Lei n.º64/2003, de 23 de agosto – Requerente: Horácio Joaquim Borges Rodrigues. – Alvações do Corgo..... 11
- 8 – Pedido de Parecer Técnico para os Efeitos Previstos no artigo 54º da Lei n.º64/2003, de 23 de agosto – Requerente: Carlos Alberto Martins Morais – União de Freguesias de Lobrigos (São Miguel e São João) e Sanhoane ..... 13

### DIVISÃO DA EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO AÇÃO SOCIAL E TURISMO

#### Serviços de Ação Social

- 9 – Fundação Luís Vicente – Pedido de Comparticipação Financeira..... 15



**DIVISÃO ADMINISTRATIVA,  
FINANCEIRA E DE RECURSOS HUMANOS**

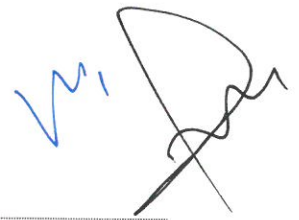
**Prestação de Serviços – Celebração de Contrato de Prestação de  
Serviços para Fornecimento de Almoço de Natal aos Idosos, no  
Âmbito das Festividades de Natal - Emissão de Parecer Prévio**

----- 1 – Presente à reunião informação da Divisão Administrativa, Financeira e de Recursos Humanos, com o seguinte teor: -----

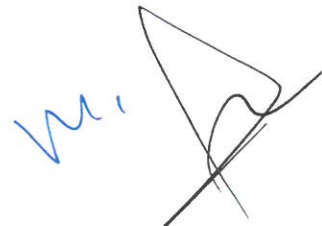
----- “Considerando o disposto no n.º 5, do artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de Dezembro que aprova o Orçamento de Estado para 2015 (OE 2015), a celebração ou a renovação de contratos de aquisição de serviços celebrados por órgãos e serviços da Administração Pública, carecem de parecer prévio vinculativo do membro do Governo responsável pela área das Finanças nos termos e segundo a tramitação a regular por Portaria, mantendo-se, nos termos do n.º 1 do referido artigo 75.º a aplicação da redução remuneratória prevista no artigo 2.º da Lei n.º 75/2014, de 12 de setembro. -----

----- Por sua vez, o n.º 12 do artigo 75.º da LOE 2015 mencionada, determina também que o parecer acima referido, nas autarquias locais, é da competência do órgão executivo municipal, sendo que esse parecer se aplica aos contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e avença, nos termos previstos no artigo 32.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, bem como designadamente à contratação de aquisições de serviços cujo objeto seja a consultoria técnica e depende da verificação dos requisitos previstos no n.º 6, do mesmo diploma, com as devidas adaptações, conjugado com o n.º 2, do artigo 3.º da Portaria n.º 149/2015, de 26 de maio, independentemente da contraparte, ou seja: -----

- a) Demonstração de que se trate da execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público; -----
- b) Confirmação de declaração de cabimento orçamental; -----
- c) Cumprimento do disposto no artigo 75.º da LOE 2015, conjugado com o artigo 2.º e 4.º da Lei n.º 75/2014, de 12 de setembro, isto é, a redução percentual do valor total a pagar pelo contrato com idêntico objeto e ou contraparte; -----
- d) Inexistência de pessoal em situação de requalificação. -----



- Assim, considerando que é intenção do Município celebrar um contrato de prestação de serviços para o fornecimento de almoço de Natal aos Idosos do Concelho, para ação prevista no Plano de Atividades Municipal - Festa de Natal Sénior / Passeio Anual Sénior - o qual reveste a natureza de prestação de serviços; -----
- Considerando que o valor estimado do contrato em causa é de 12.500,00€, com IVA incluído à taxa legal em vigor; -----
- Considerando que com vista à adjudicação do contrato de aquisição do serviço referido, será o ajuste direto com base no disposto, sobre a matéria, no Código dos Contratos Públicos, com convite a entidade especializada nesta matéria; -----
- Considerando que a despesa resultante do contrato de prestação de serviços em causa está prevista na rubrica orçamental 1.1.1. 02. 02.02.25, – Pj/Ac n.º 48/2014 do PAM (Plano de Atividades Municipal); -----
- Considerando que nesta situação concreta se revela inconveniente o recurso a qualquer modalidade de relação jurídica de emprego público para a execução dos serviços objeto do contrato; -----
- Considerando, finalmente, o disposto no n.º 2 do artigo 73.º da LOE 2014, conjugado com o artigo 2.º da Lei n.º 75/2014, de 12 de Setembro, não há lugar à redução remuneratória dado que se prevê um maior n.º de aderentes a esta iniciativa, relativamente ao ano anterior; -----
- Face ao exposto e caso mereça a concordância de V.ª Ex.ª, deverá este assunto ser levado à Reunião de Câmara de modo a que o Executivo Municipal delibere no sentido de emitir, por força do disposto nos n.ºs 5, 12 e 14, do artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de Dezembro que aprova o Orçamento de Estado para 2015 (OE 2015), conjugado com o artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, alterado pelas Leis n.ºs 3-B/2010, de 28 de abril, 66/2012, de 31 de dezembro e 80/2013, de 28 de novembro, **parecer prévio** favorável à contratação da prestação de serviços, encontrando-se, no caso individual e concreto, reunidos todos os requisitos previstos no n.º 6 do artigo 75.º da LOE 2015 acima mencionados." -----
- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, emitir parecer prévio favorável à celebração de contrato de prestação de serviços para o fornecimento de almoço de Natal aos Idosos, nos termos da informação dos serviços.** -----



**Delegação de Competências - Informação do Presidente  
da Câmara Municipal**

----- 2 – Presente à reunião informação do Senhor Presidente da Câmara Municipal, Dr. Luís Reguengo Machado, com o seguinte teor: -----

----- “Em cumprimento do n.º 1 do artigo 34.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, levo ao conhecimento do Executivo Municipal as declarações por mim proferidas ao abrigo das competências delegadas pela Câmara Municipal, nos termos da alínea d) do n.º 1 do artigo 33.º do referido diploma.” -----

----- Alterações Orçamentais efetuadas no período de 05 a 26 de novembro de 2015. -----

----- **Deliberação: Tomar conhecimento.** -----

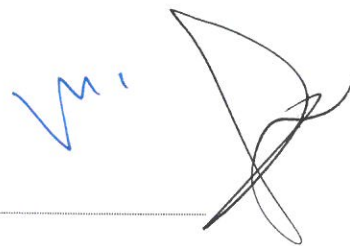
**Serviços Tesouraria**

**Resumo dos Fluxos de Caixa de 13 a 26 de novembro de 2015**

----- 3 – Presente à reunião para conhecimento o Resumo dos Fluxos de Caixa de 13 a 26 de novembro de 2015, o qual apresenta os seguintes valores: -----

RESUMO DOS FLUXOS DE CAIXA				Data:	26/11/2015
Recebimentos			Pagamentos		
Saldo do dia anterior:		629 543,26	Despesas Orçamentais (*)		8 677 592,84
Execução orçamental	603 477,80		Correntes	4 575 510,75	
Operações de tesouraria	26 065,46		Capital	4 102 082,09	
			(*) Compromissos	9 978 230,44	
Receitas Orçamentais		8 588 096,58	Operações de tesouraria		503 118,03
Correntes	5 422 378,91		Saldo para o dia seguinte:		545 137,39
Capital	3 165 717,67		Execução orçamental	513 981,54	
Operações de tesouraria		508 208,42	Operações de tesouraria	31 155,85	
Total		9 725 848,26	Total		9 725 848,26

----- **Deliberação: Tomar conhecimento.** -----



**DIVISÃO DE COORDENAÇÃO TÉCNICA DE PLANEAMENTO E GESTÃO URBANA**

**Delegação de Competências – Informação do Vereador em  
Regime a Tempo Inteiro, José Manuel Moreira Lopes**

----- 4 – Presente à reunião informação do Senhor Vereador em Regime a Tempo Inteiro, José Manuel Moreira Lopes, com o seguinte teor: -----

----- “No uso das competências que me foram delegadas, nos termos do n.º 1 do artigo 34.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, levo ao conhecimento do Executivo Municipal as decisões proferidas ao abrigo do disposto na alínea y) do n.º1 do artigo 33.º, do mesmo diploma, referentes às obras particulares aprovadas durante o mês de novembro que constam do mapa anexo à presente ata e da qual faz parte integrante.” -----

----- **Deliberação: Tomar conhecimento.** -----

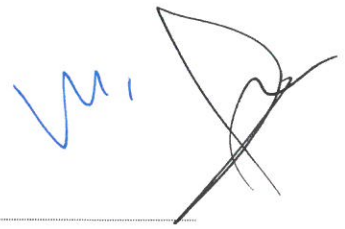
**Pedido de Parecer Técnico para os Efeitos Previstos no  
artigo 54.º da Lei n.º 64/2003, de 23 de agosto  
– Requerente: João do Carmo Lopes – União de Freguesias  
de Lobrigos (São Miguel e São João) e Sanhoane**

----- 5 – Presente à reunião requerimento do Senhor João do Carmo Lopes, na qualidade de proprietário, a solicitar a emissão de certidão nos termos do n.º 1 do artigo 54.º da Lei n.º 64/2003, de 23 de agosto, para efeitos de celebração de uma escritura de justificação. -----

----- Sobe com informação dos Serviços Técnicos, com o seguinte teor: -----

----- **“INTRODUÇÃO”**-----

----- Através do requerimento supra identificado, João do Carmo Lopes, na qualidade de proprietário, solicitou o parecer nos termos do nº 1 do artigo 54º da Lei nº 64/2003, de 23 de



Agosto, e ulteriores alterações, para efeitos de celebração de uma escritura dos prédios que passo a descrever: -----

----- Prédio rústico, situado em Senhora da Graça, com a área de 1437 m2, inscrito na matriz predial sob o artigo 137-1B, da União de Freguesias de Lobrigos (São Miguel e São João) e Sanhoane, descrito na Conservatória do Registo Predial de Santa Marta de Penaguião sob o n.º 359; -----

----- Prédio rústico, situado em Senhora da Graça, com a área de 2875 m2, inscrito na matriz predial sob o artigo 129-1B, da União de Freguesias de Lobrigos (São Miguel e São João) e Sanhoane, descrito na Conservatória do Registo Predial de Santa Marta de Penaguião sob o n.º 356; -----

----- Prédio rústico, situado em Senhora da Graça, com a área de 9112 m2, inscrito na matriz predial sob o artigo 268-1B, da União de Freguesias de Lobrigos (São Miguel e São João) e Sanhoane, descrito na Conservatória do Registo Predial de Santa Marta de Penaguião sob o n.º 357; -----

----- Prédio rústico, situado em São Pedro, com a área de 2000 m2, inscrito na matriz predial sob o artigo 110-1B, da União de Freguesias de Lobrigos (São Miguel e São João) e Sanhoane, descrito na Conservatória do Registo Predial de Santa Marta de Penaguião sob o n.º 353. -----

----- PARECER -----

----- Enquadramento do pedido na Lei -----

----- De acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 54º da Lei nº 91/95, de 2/9, alterada pela Lei nº 64/2003, de 23/08, sob a epígrafe “Medidas Preventivas”, “a celebração de quaisquer actos ou negócios jurídicos entre vivos de que resulte ou possa vir a resultar a constituição de compropriedade ou a ampliação do número de compartes de prédios rústicos carece de parecer favorável da câmara municipal da situação dos prédios”. -----

----- Também, de acordo com o que se encontra estabelecido no n.º 2 do mesmo artigo, o “parecer previsto no número anterior só pode ser desfavorável com fundamento em que o acto ou negócio visa ou dele resulte parcelamento físico em violação ao regime legal dos loteamentos urbanos, nomeadamente pela exiguidade da quota ideal a transmitir para qualquer rendibilidade económica não urbana”. -----

----- Enquadramento do prédio nos Instrumentos de Planeamento Territorial -----



----- Tendo em conta a demarcação constante na planta de localização à escala 1/10.000, apresentada pela interessada e de acordo com a Planta de Ordenamento do Plano Diretor Municipal, cujos, extrato se encontra anexo, os prédios rústicos a que se reporta o pedido em questão, localizam-se: -----

Artigo	Plano Vigente	Classificação de acordo com as plantas
137-1B		O prédio rústico insere-se em espaços Agrícolas
129-1B		O prédio rústico insere-se em espaços Agrícolas
268-1B		O prédio rústico insere-se em espaços predominantemente habitacionais de nível II
110-1B		O prédio rústico insere-se em espaços predominantemente habitacionais de nível II

----- 2.3. Especificidades do pedido -----

----- O pedido em questão, visa ampliação de compartes nos artigos infra, na proporção de 1/2 indivisos para cada um dos seguintes: Hélder Abrunhosa Lopes e André Filipe Abrunhosa. -----


----- 3. PROPOSTA DE DECISÃO -----

----- Considerando que o pedido tem em vista a celebração de uma escritura de partilha, visando a ampliação de compartes no artigo 137-1B, 129-1B, 268-1B e 110-1B, sem parcelamento físico, situação diferente daquela que a Lei pretende salvaguardar nos termos do nº 2 do artigo 54º (parcelamento físico em violação do regime legal dos loteamentos urbanos). -----

----- Estes serviços técnicos são de entendimento que, o pedido formulado não se enquadra no âmbito das medidas preventivas que o artigo 54º da Lei nº 64/2003, de 23/08, pretende abranger, pelo que é passível de ser atendido favoravelmente, propondo-se ao Executivo Municipal que emita parecer favorável à ampliação da compropriedade requerida. -----

----- Considerando que o requerente solicita a emissão de certidão, propõe-se que a mesma seja emitida de acordo com o presente parecer técnico." -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, emitir parecer favorável, nos termos da informação dos serviços.** -----



**Pedido de Parecer Técnico para os Efeitos Previstos no artigo 54.º da  
Lei n.º 64/2003, de 23 de agosto – Requerente: Rogério Ferreira –  
União de Freguesias de Louredo e Fornelos**

----- 6 – Presente à reunião requerimento do Senhor Rogério Ferreira na qualidade de proprietário, a solicitar a emissão de certidão nos termos do n.º 1 do artigo 54.º da Lei n.º 64/2003, de 23 de agosto, para efeitos de celebração de uma escritura de justificação. -----

----- Sobe com informação dos Serviços Técnicos, com o seguinte teor: -----

----- INTRODUÇÃO -----

----- Através do requerimento supra identificado, Rogério Ferreira, na qualidade de proprietário, solicitou o parecer nos termos do n.º 1 do artigo 54º da Lei nº 64/2003, de 23 de Agosto, e ulteriores alterações, para efeitos de celebração de uma escritura de justificação dos prédios que passo a descrever: -----

----- Prédio rústico, com a área de 7093 m2, inscrito na matriz predial sob o artigo 24-D, da União de Freguesias de Louredo e Fornelos, não descrito na Conservatória do Registo Predial de Santa Marta de Penaguião; -----

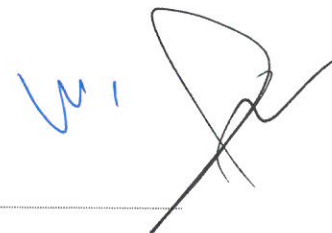
----- Prédio rústico situado Carvalhias, com a área de 5062 m2, inscrito na matriz predial sob o artigo 207-D, da União de Freguesias de Louredo e Fornelos, descrito na Conservatória do Registo Predial de Santa Marta de Penaguião sob o n.º 2103. -----

----- PARECER -----

----- Enquadramento do pedido na Lei -----

----- De acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 54º da Lei nº 91/95, de 2/9, alterada pela Lei nº 64/2003, de 23/08, sob a epígrafe “Medidas Preventivas”, “a celebração de quaisquer actos ou negócios jurídicos entre vivos de que resulte ou possa vir a resultar a constituição de compropriedade ou a ampliação do número de compartes de prédios rústicos carece de parecer favorável da câmara municipal da situação dos prédios”. -----

----- Também, de acordo com o que se encontra estabelecido no n.º 2 do mesmo artigo, o “parecer previsto no número anterior só pode ser desfavorável com fundamento em que o acto ou negócio visa ou dele resulte parcelamento físico em violação ao regime legal dos loteamentos urbanos, nomeadamente pela exiguidade da quota ideal a transmitir para qualquer rendibilidade económica não urbana”. -----



----- Enquadramento do prédio nos Instrumentos de Planeamento Territorial -----

Tendo em conta a demarcação constante na planta de localização à escala 1/10.000, apresentada pela interessada e de acordo com a Planta de Ordenamento do Plano Diretor Municipal, cujos, extrato se encontra anexo, os prédios rústicos a que se reporta o pedido em questão, localizam-se: -----

Artigo	Plano Vigente	Classificação de acordo com as plantas
24-D		O prédio rústico insere-se em espaços verdes de proteção e salvaguarda
207-D		O prédio rústico insere-se em espaços verdes de enquadramento

----- 2.3. Especificidades do pedido -----

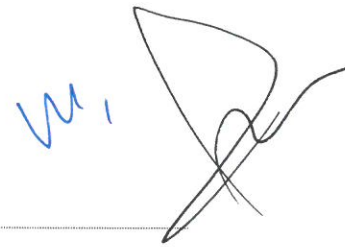
----- O pedido em questão, visa ampliação de compartes nos artigos infra, através da justificação notarial na proporção de 5/40 avos indivisos no artigo 24-D e 25/6 avos indivisos no artigo 207-D a favor de Rogério Ferreira. -----

----- 3. PROPOSTA DE DECISÃO -----

----- Considerando que o pedido tem em vista a celebração de uma escritura de justificação, visando a ampliação de compartes no artigo 24-D e 207-D, sem parcelamento físico, situação diferente daquela que a Lei pretende salvaguardar nos termos do nº 2 do artigo 54º (parcelamento físico em violação do regime legal dos loteamentos urbanos). -----

----- Estes serviços técnicos são de entendimento que, o pedido formulado não se enquadra no âmbito das medidas preventivas que o artigo 54º da Lei nº 64/2003, de 23/08, pretende abranger, pelo que é passível de ser atendido favoravelmente, propondo-se ao Executivo Municipal que emita parecer favorável à ampliação da compropriedade requerida. -----  
Considerando que o requerente solicita a emissão de certidão, propõe-se que a mesma seja emitida de acordo com o presente parecer técnico." -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, emitir parecer favorável, nos termos da informação dos serviços.** -----



**Pedido de Parecer Técnico para os Efeitos Previstos no artigo 54.º da  
Lei n.º 64/2003, de 23 de agosto – Requerente: Horácio Joaquim  
Borges Rodrigues. – Alvações do Corgo**

----- 7 – Presente à reunião requerimento do Senhor Horácio Joaquim Borges Rodrigues na qualidade proprietário, a solicitar a emissão de certidão nos termos do n.º 1 do artigo 54.º da Lei n.º 64/2003, de 23 de agosto, para efeitos de celebração de uma escritura de justificação. -----

----- Sobe com informação dos Serviços Técnicos, com o seguinte teor: -----

----- INTRODUÇÃO -----

----- Através do requerimento supra identificado, Horácio Joaquim Borges Rodrigues., na qualidade de proprietário, solicitou o parecer nos termos do n.º 1 do artigo 54º da Lei nº 64/2003, de 23 de Agosto, e ulteriores alterações, para efeitos de celebração de uma escritura de justificação dos prédios que passo a descrever: -----

----- Prédio rústico, sito no lugar do Côto, com a área de 968 m2, inscrito na matriz predial sob o artigo 420-B, da Freguesia de Alvações do Corgo, descrito na Conservatória do Registo Predial de Santa Marta de Penaguião sob o n.º 847; -----

----- Prédio rústico, sito no lugar do Côto, com a área de 6280 m2, inscrito na matriz predial sob o artigo 271-B, da Freguesia de Alvações do Corgo, descrito na Conservatória do Registo Predial de Santa Marta de Penaguião sob o n.º 343. -----

----- PARECER -----

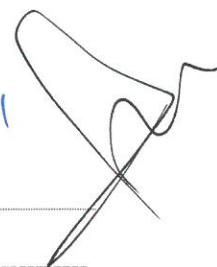
----- Enquadramento do pedido na Lei -----

----- De acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 54º da Lei nº 91/95, de 2/9, alterada pela Lei nº 64/2003, de 23/08, sob a epígrafe “Medidas Preventivas”, “a celebração de quaisquer actos ou negócios jurídicos entre vivos de que resulte ou possa vir a resultar a constituição de compropriedade ou a ampliação do número de compartes de prédios rústicos carece de parecer favorável da câmara municipal da situação dos prédios”. -----

----- Também, de acordo com o que se encontra estabelecido no n.º 2 do mesmo artigo, o “parecer previsto no número anterior só pode ser desfavorável com fundamento em que o acto ou negócio visa ou dele resulte parcelamento físico em violação ao regime legal dos loteamentos urbanos, nomeadamente pela exiguidade da quota ideal a transmitir para qualquer rendibilidade económica não urbana”. -----

Município de Santa Marta de Penaguião  
Câmara Municipal  
Ata n.º 25 de 01 de dezembro de 2015

LM



----- Enquadramento do prédio nos Instrumentos de Planeamento Territorial -----

----- Tendo em conta a demarcação constante na planta de localização à escala 1/10.000, apresentada pela interessada e de acordo com a Planta de Ordenamento do Plano Diretor Municipal, cujos, extrato se encontra anexo, os prédios rústicos a que se reporta o pedido em questão, localizam-se: -----

Artigo	Plano Vigente	Classificação de acordo com as plantas
420-B		O prédio rústico insere-se em espaços agrícolas
271-B		O prédio rústico insere-se em espaços agrícolas

----- 2.3. Especificidades do pedido -----

----- O pedido em questão, visa a constituição de compropriedade nos artigos infra, através de uma escritura de justificação notarial na proporção de 4/5 indivisos a favor de Horácio Joaquim Borges Rodrigues. -----

----- 3. PROPOSTA DE DECISÃO -----

----- Considerando que o pedido tem em vista a celebração de uma escritura de justificação, visando a ampliação de compartes no artigo 420-B e 271-B, sem parcelamento físico, situação diferente daquela que a Lei pretende salvaguardar nos termos do nº 2 do artigo 54º (parcelamento físico em violação do regime legal dos loteamentos urbanos). -----

----- Estes serviços técnicos são de entendimento que, o pedido formulado não se enquadra no âmbito das medidas preventivas que o artigo 54º da Lei nº 64/2003, de 23/08, pretende abranger, pelo que é passível de ser atendido favoravelmente, propondo-se ao Executivo Municipal que emita parecer favorável à ampliação da compropriedade requerida. -----

----- Considerando que o requerente solicita a emissão de certidão, propõe-se que a mesma seja emitida de acordo com o presente parecer técnico." -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, emitir parecer favorável, nos termos da informação dos serviços.** -----



**Pedido de Parecer Técnico para os Efeitos Previstos no  
artigo 54.º da Lei n.º 64/2003, de 23 de agosto – Requerente:  
Carlos Alberto Martins Morais – União de Freguesias de  
Lobrigos (São Miguel e São João Batista) e Sanhoane**

----- 8 – Presente à reunião requerimento do Senhor Carlos Alberto Martins Morais na qualidade de herdeiro, de Carlos Heitor Morais e esposa, a solicitar a emissão de certidão nos termos do n.º 1 do artigo 54.º da Lei n.º 64/2003, de 23 de agosto, para efeitos de celebração de uma escritura de justificação. -----

----- Sobe com informação dos Serviços Técnicos, com o seguinte teor: -----

----- “INTRODUÇÃO -----

----- Através do requerimento supra identificado, Carlos Alberto Martins Morais, na qualidade de herdeiro de Carlos Heitor Morais e esposa, solicitou o parecer nos termos do nº 1 do artigo 54º da Lei nº 64/2003, de 23 de Agosto, e ulteriores alterações, para efeitos de celebração de uma escritura de compra e venda do prédio que passo a descrever: -----

----- Prédio rústico, sito no lugar das Murtas, com a área de 2312 m2, inscrito na matriz predial sob o artigo 250-2B, da União de Freguesia de Lobrigos (São Miguel e São João Baptista) e Sanhoane, descrito na Conservatória do Registo Predial de Santa Marta de Penaguião sob o n.º 5082, fls. 156 B-14. -----

----- PARECER -----

----- Enquadramento do pedido na Lei -----

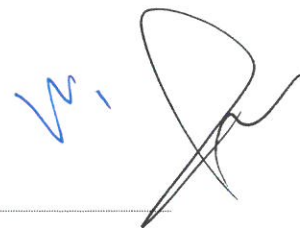
----- De acordo com o disposto no nº 1 do artigo 54º da Lei nº 91/95, de 2/9, alterada pela Lei nº 64/2003, de 23/08, sob a epígrafe “Medidas Preventivas”, “a celebração de quaisquer actos ou negócios jurídicos entre vivos de que resulte ou possa vir a resultar a constituição de compropriedade ou a ampliação do número de compartes de prédios rústicos carece de parecer favorável da câmara municipal da situação dos prédios”. -----

----- Também, de acordo com o que se encontra estabelecido no nº 2 do mesmo artigo, o “parecer previsto no número anterior só pode ser desfavorável com fundamento em que o acto ou negócio visa ou dele resulte parcelamento físico em violação ao regime legal dos loteamentos urbanos, nomeadamente pela exiguidade da quota ideal a transmitir para qualquer rendibilidade económica não urbana”. -----

**Município de Santa Marta de Penaguião**

**Câmara Municipal**

**Ata n.º 25 de 01 de dezembro de 2015**



----- Enquadramento do prédio nos Instrumentos de Planeamento Territorial -----

----- Tendo em conta a demarcação constante na planta de localização à escala 1/10.000, apresentada pela interessada e de acordo com a Planta de Ordenamento do Plano Diretor Municipal, cujos, extrato se encontra anexo, o prédio rústico a que se reporta o pedido em questão, localiza-se: -----

Artigo	Plano Vigente	Classificação de acordo com as plantas
250-B		O prédio rústico insere-se em espaços agrícolas

----- Especificidades do pedido -----

----- O pedido em questão, visa a constituição de compropriedade no artigo infra, na proporção de ½ indivisos para cada um dos seguintes: Paulo Sérgio de Oliveira Pinto Rodrigues e Maria da Conceição do Carmo Ferreira. -----

----- PROPOSTA DE DECISÃO -----

----- Considerando que o pedido tem em vista a celebração de uma escritura de compra e venda, visando a ampliação de compartes no artigo 24-D e 207-D, sem parcelamento físico, situação diferente daquela que a Lei pretende salvaguardar nos termos do nº 2 do artigo 54º (parcelamento físico em violação do regime legal dos loteamentos urbanos). -----

----- Estes serviços técnicos são de entendimento que, o pedido formulado não se enquadra no âmbito das medidas preventivas que o artigo 54º da Lei nº 64/2003, de 23/08, pretende abranger, pelo que é passível de ser atendido favoravelmente, propondo-se ao Executivo Municipal que emita parecer favorável à ampliação da compropriedade requerida. -----

----- Considerando que o requerente solicita a emissão de certidão, propõe-se que a mesma seja emitida de acordo com o presente parecer técnico.” -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, emitir parecer favorável, nos termos da informação dos serviços.** -----

**DIVISÃO DA EDUCAÇÃO, CULTURA, DEPORTO AÇÃO SOCIAL E TURISMO**

**Serviços da Ação Social**

**Fundação Luís Vicente – Pedido de Comparticipação Financeira**

----- 9 – Presente à reunião ofício da Fundação Luíás Vicente, registado sob o n.º 2543, de 12 de novembro do corrente ano, com o seguinte teor: -----

----- "Tendo em consideração que a cadeira de banho assistido de apoio aos nossos serviços, devido ao muito trabalho desenvolvido foi-se deteriorando ao longo dos anos, chegando ao ponto de não funcionar, sentimos necessidade de adquirir uma nova, visto que é praticamente impossível numa casa com 50 utentes, a maior parte deles numa situação de dependência, conseguir prestar um serviço de qualidade sem uma ferramenta geriátrica imprescindível. -----

----- Analisando o mercado chegamos a conclusão que aquela que melhor servia para o trabalho a realizar está orçamentada no valor de 5.380,60€. -----

----- Pelo que atrás é referido, vimos pelo presente solicitar a esse município superiormente dirigido por V. Ex.<sup>a</sup> um subsídio que muito nos ajudaria no pagamento da mesma." -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, atribuir uma comparticipação financeira, no valor de 5.500,00€ (cinco mil e quinhentos euros).** -----

**O Senhor Vereador, José Manuel Moreira Lopes, ausentou-se aquando da apreciação e votação deste ponto.** -----

----- E não havendo mais nada a tratar, a Câmara Municipal, deliberou, por unanimidade, aprovar a presente ata, em minuta, nos termos e para os efeitos consignados no artigo 57.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, a qual vai assinada pelo Senhor Presidente da Câmara e por mim, António Augusto Amaral Sequeira, Chefe de Divisão, com funções de Secretário que a elaborei. Foi encerrada a reunião quando eram 10:15 horas. -----

O Chefe de Divisão,



(António Augusto Amaral Sequeira)

O Presidente Câmara,



(Luís Reguengo Machado, Dr.)